



ENTREVISTA *interview*





# Interação, Educação e Sociedade

## Interaction, Education and Society

**Educação é uma palavra que abrange um assunto amplo, intimamente vinculado à Sociedade.** Na sua forma mais estrita, de educação formal, ela depende da atitude do Estado e, por isso, também está presente na pauta social. Mudanças estão acontecendo cada vez mais rapidamente e, em decorrência disso, há a necessidade de que aconteçam atualizações na educação e que a educação formal sofra reformas curriculares de tempos em tempos.

Atualmente estamos em um período em que vivenciamos exatamente essa situação de reformas e suas conseqüentes discussões. Nesse contexto, convidamos a Profa. Dra. Sonia Teresinha de Sousa Penin (FEUSP), cujo conhecimento e experiência na área é notório, para ser entrevistada pela comissão editorial da Revista. Na entrevista, a professora discorreu sobre os problemas da Educação formal e as necessidades de mudanças, muitas delas a seu ver urgente, como a valorização dos docentes. Penin também discorre sobre os múltiplos aspectos que envolvem o tema

DIANA HELENA DE  
BENEDETTO POZZI,  
CHRISTIANE WAGNER,  
PRIMAVERA BORELLI,  
MICHEL SITNIK E  
WALDENYR CALDAS

Universidade de São Paulo. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, São Paulo/SP, Brasil



do aprendizado que, como ela refere, “se inicia com a vida e continua até seu ocaso”. A professora referiu a importância das cotas e do ENEM para minimizar o problema dos alunos do ensino médio que frequentam o sistema público e não fazem o vestibular em universidades públicas por não acreditar que têm possibilidades de ser aprovados. Ela ressaltou a importância da área de humanidades no mundo atual, com todas as mudanças que podem ser atemorizantes, para a formação da cidadania e da crítica e se iniciando já na educação básica.

**Christiane Wagner** – *A educação no Brasil padece de um problema crônico, que é a má administração por parte do Estado. Isso explica o alto índice de analfabetismo em nosso país. O que se poderia fazer para recuperarmos esse atraso educacional, se sabemos que as decisões sobre a educação no Brasil passam pelo plano político, justamente em prejuízo do conhecimento técnico da questão, uma vez que muito raramente os educadores brasileiros são chamados a colaborar?*

**Sonia Penin** – Concordo que a má administração da educação por parte do Estado, que ocorreu em muitos momentos da nossa história e ainda ocorre em muitos lugares na atualidade apresenta-se como um problema crônico no Brasil; entretanto acredito da mesma forma que a má administração é um problema em muitas outras áreas em que o Estado atua no nosso país, haja vista mazelas brotando em todos os campos, nos dias atuais, muitas vezes atravessando os parâmetros mais básicos da ética e da moral. Na educação, entre os resultados insatisfatórios e vergonhosos está, sem dúvida, o índice de analfabetismo, que é de 8% da população de 15 anos ou mais na média do país, sendo em volta de 16% no NE, assim como é da ordem de 27% o analfabetismo funcional dessa mesma população (IBGE-Pnad, apud Anuário Educação Básica, Todos Pela Educação, 2017). Igualmente é baixa a porcentagem média tanto dos jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

(76%), quanto dos de 19 anos que concluíram o Ensino Médio (58,5%), conforme a referência citada. Além disso, é altamente insuficiente o nível da aprendizagem dos alunos da educação básica, conforme diferentes agências de avaliação, brasileiras e de cunho internacional regularmente divulgam. Mesmo que questionemos a metodologia ou a ênfase no aspecto quantitativo dessas avaliações, os resultados colocam todas as instituições estatais ou profissionais e mesmo a população brasileira em cheque. O caminho que vislumbro de recuperação do nosso atraso educacional é também da ordem da política, mas não aquela dos políticos, mas sim a de um movimento por maior protagonismo político desde os usuários da educação pública até diferentes setores e instituições brasileiras não governamentais, de modo especial os relacionados à educação pública, exercitando uma indignação qualificada. No âmbito das universidades, acredito ser possível avançar em proposições de mudança por meio de, pelo menos, duas vertentes. Uma, pela pesquisa, evitando generalizações apressadas ou vieses ideológicos, mas descrevendo e analisando a diversidade de situações na área da educação, de modo a revelar a genealogia de fatos e resultados atuais, considerando toda a complexidade que o problema ou problemática tem, em todos os níveis; investigando o interior dos espaços de governo e de órgãos estatais e que tratam da educação, desde os mais centrais até as escolas;

#### UM MOVIMENTO POR MAIOR PROTAGONISMO POLÍTICO DESDE OS USUÁRIOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA ATÉ DIFERENTES SETORES E INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS NÃO GOVERNAMENTAIS

discutindo políticas públicas, um campo de pesquisa relativamente novo, que tem começado a explicar e questionar os caminhos dos trâmites da discussão no que diz respeito ao Estado, até a finalização e aprovação das normas e leis.

A segunda vertente, vai na direção de ampliar a divulgação dessas pesquisas, assim como propor mais espaços de discussão com a sociedade e organizações de diversos tipos onde o contraditório poderá se manifestar. Há várias organizações, que agregam educadores e pesquisadores em educação, que têm realizado esse debate, mas é importante que se inclu

outros grupos sociais, especialmente os usuários da educação, jovens e pais de alunos que certamente contribuirão para fazer avançar mais a democracia. Parece-me que ainda temos muito que progredir no exercício da cidadania.

**Diana Pozzi** – *As reformas que estão sendo propostas para ensino médio e fundamental atenderiam às necessidades educacionais existentes?*

**SP** – As necessidades educacionais do país vão muito além das reformas curriculares que estão sendo propostas. Infraestrutura das escolas, condições de funcionamento, formação continuada para professores e medidas para a valorização da profissão docente, como condições de trabalho e salário, são alguns dos aspectos que precisam ser melhorados em nível do Estado e dos sistemas de ensino para atender as atuais necessidades educacionais do país. Todavia, a atenção ao currículo escolar é um aspecto importante, especialmente quando se entende currículo

como uma trajetória de formação de pessoas. Reformas curriculares ocorrem ou devem ocorrer, necessariamente, de tempos em tempos, de

modo a responder às mudanças na sociedade, na civilização, assim como na vida cotidiana dos estudantes de uma época e região. Um currículo atualizado deve considerar, por exemplo, como tópico destacável, a ser trabalhado de maneira interdisciplinar, os novos limiares tecnológicos que estão impulsionando a humanidade para a quarta revolução industrial, baseada no conceito IOT (Internet das coisas) e suas consequências no mundo do trabalho e na vida cotidiana. Esta questão é tanto mais importante quando se sabe que o Brasil está muito aquém do desenvolvimento tecnológico que ocorre em outros países - de acordo como o IMD (Institute for Management Development), da Suíça, classifica-se em 55º lugar entre 63 países pesquisados. Espera-se que as próximas gerações sejam mais atualizadas e inovadoras na área, para servir ao desenvolvimento do país, mas principalmente para

**AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS DO PAÍS VÃO MUITO ALÉM DAS REFORMAS CURRICULARES QUE ESTÃO SENDO PROPOSTAS**

humanizá-la e impedir ou minimizar seus efeitos deletérios. Quanto às reformas curriculares da educação básica, no momento há duas em andamento: a BNCC (Base Nacional Curricular Comum), que trata do ensino infantil e fundamental e a Reforma do Ensino Médio. Ambas buscam definir em nível nacional o que as crianças, adolescentes e jovens que frequentam a Educação Básica, de zero a dezoito anos têm o direito de aprender. A BNCC está em discussão desde 2014, a terceira versão sendo analisada no momento pelo Conselho Nacional de Educação. Já a reforma do Ensino Médio teve um caminho diferente de tramitação. Enviada pelo MEC para análise do Congresso Nacional em setembro de 2016, em seguida foi discutida na Câmara e no Senado e então aprovada em fevereiro deste ano, por Medida Provisória. Tal tramitação, ainda que legal, não é, sem dúvida, uma boa maneira de se decidirem assuntos tão importantes. Todavia, no contexto atual há de se considerar duas questões. Uma, a urgência de melho-

ria de toda a educação básica mas sobretudo o ensino médio, conforme os resultados altamente insuficientes dos alunos como em língua portuguesa e matemática, neste

caso, onde nem 10% dos mesmos se forma com conhecimentos adequados, situação que não melhora desde o ano 2000 (Folha de S Paulo, 29-07-2016), ou, ainda, o dado de que entre alunos de 15 anos, mais da metade (53%) não atingiu o nível básico de conhecimentos financeiros, estando entre os piores resultados entre quinze países (OCDE, maio de 2017). A segunda questão a considerar refere-se ao dado de que muitos dos aspectos das mudanças propostas nesta reforma têm sido há pelo menos duas décadas objeto de discussão e apreço por grupos do campo educacional, assim como já estabelecidos ou sugeridos em legislação aprovada em diferentes governos. Entre esses aspectos estão a interdisciplinaridade a ser estabelecida entre as disciplinas escolares e o estímulo a projetos comuns, contextualizados, assim como a flexibilidade curricular, abrindo espaço para os alunos fazerem algumas escolhas de disciplinas a

se aprofundar, além dos conhecimentos básicos comum a todos. Vários documentos legais caminham na direção de defesa desses princípios e mesmo na proposição da organização do currículo por áreas de conhecimento, sendo os mais recentes Ensino Médio Inovador, de 2010, as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio de 2012 e o Plano Nacional de Educação de 2014. Deve-se considerar, por fim, o fato de que a reforma do Ensino Médio não deverá ser posta em prática antes da votação da BNCC, de modo a poder considerar o estabelecido no nível anterior da escolaridade obrigatória. A partir daí, imagino, é que os sistemas estaduais, que administram o ensino médio, no uso de sua autonomia, finalizarão um currículo próprio e organizarão suas escolas de modo a melhor atender aos interesses dos jovens e suas famílias, não descuidando da finalidade e objetivos da escola básica. Espero que todo o processo de implantação nos estados, compensando o ocorrido na decisão do projeto, seja amplamente discutido acompanhado, analisado e divulgado.

**Diana Pozzi** – *Considerando que nosso aprendizado/educação começa na vida intrauterina e que as reformas estão prevendo desde o 1º ano de vida/ creches e face à importância da família, não seria importante também discutir planejamento familiar?*

**SP** – De fato, o aprendizado se inicia com a vida e continua até o seu ocaso. Tendo em vista esse entendimento, assim como o cotidiano de muitas mães trabalhadoras, foi uma vitória da população brasileira a progressiva extensão legal do atendimento escolar de crianças até três anos em creches, e a obrigatoriedade de atendimento das de quatro e cinco anos. Já no tocante ao planejamento familiar, entendo que a discussão desse tema não tem sido colocada como uma obrigatoriedade às escolas. Há notícias de que muitas escolas e alguns sistemas de ensino têm debatido essa questão em reuniões com pais de alunos, em conjunto ou não com outras instituições ou organizações sociais, mas isso ocorre por iniciativa própria e não como obrigatoriedade dos sistemas educacionais. Entendo, ainda, que tendo em vista situações dramáticas de muitas famílias

brasileiras, sobretudo as de mais baixas renda, iniciativas mais continuadas devessem ser promovidas por parte das várias instâncias governamentais. Por fim, escolas têm liberdade para introduzir e debater tópicos específicos com sua comunidade desde que entendam como importante.

**Primavera Borelli** – *Mesmo entendendo a proposta de um ensino técnico na reforma para o "novo ensino médio" por que se exclui matérias da área das humanidades? Essa exclusão não contribuirá para a formação de cidadãos com menor capacidade de análise crítica, inclusive do próprio objeto de seu trabalho?*

**SP** – Também acredito que os conhecimentos e as questões próprias da área das humanidades, assim como as reflexões que em geral suscitam não apenas são importantes para o desenvolvimento integral de uma pessoa e o despertar do cidadão como são essenciais para alcançar as finalidades e os objetivos estabelecidos em toda a legislação educacional brasileira, como a formação integral do jovem e do cidadão, com espírito crítico. Por outro lado, entendo que o repensar constante de currículos escolares, visando melhor adequação aos tempos atuais, necessariamente parte de uma análise da situação em que se encontra as aprendizagens dos estudantes num determinado período. Como já apontei, as últimas avaliações dessas aprendizagens no ensino médio, tanto nacional quanto internacionalmente, têm apresentado resultados muito baixo nas áreas avaliadas, de modo específico, língua portuguesa e matemática. Provavelmente este tenha sido o motivo para a maior ênfase nessas duas disciplinas escolares, únicas obrigatórias nos três anos do ensino médio, o que é bastante compreensível. Entre outros problemas do ensino médio aventados em análises recentes estão o excessivo número de disciplinas escolares e a pouca articulação entre elas. Na atual proposta, os próprios estudantes escolherão na metade do curso uma das cinco áreas propostas. Dessa forma, terão carga maior de uma ou outra disciplina escolar. Mas, optar por uma delas, não significa que as demais disciplinas escolares não serão trabalhadas. Entendo que, por um lado,

serão ministradas com menor carga horária disciplinar e, por outro, o que considero mais importante se for bem aplicado, serão trabalhadas articuladamente com outras disciplinas. Num nível de ensino no qual não se está formando profissionais, mas cidadãos e pessoas com mente mais aberta, o objetivo é pensar a vida, a sociedade que se vive e não aprofundar conhecimentos específicos, como é o caso no ensino superior. Nesse sentido, se a escolha do aluno não for a área Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias, a carga das humanidades ainda que não estabelecida como uma disciplina escolar não deverá desaparecer enquanto conhecimento. Mas isto é algo que deve ser acompanhado devidamente em cada sistema de ensino e em cada escola. Dois motivos podem ser enunciados para evitar o descaso com os objetivos e conhecimentos tratados nas humanidades. Primeiro, porque disciplina escolar não é sinônimo de assunto ou de questão a tratar. Tópicos de humanidade podem estar previstos (e numa boa aula contextualizada de, por exemplo, ciências naturais ou matemática elas geralmente estão) na programação de aulas de diferentes disciplinas. Segundo, e também caminhando para a mesma direção, está afirmado, na reforma proposta, que o ensino deve se balizar pelos princípios de interdisciplinaridade e contextualização para avançar na direção da melhoria da sua qualidade (aliás, algo que também tem sido sugerido para o ensino superior). Desse modo, espera-se que escolas e professores assim procedam, posto que, reafirmo, os assuntos e as reflexões provocadas no âmbito das humanidades são essenciais para se alcançar a própria finalidade da escola básica, ou seja, a formação integral do jovem, um cidadão com espírito crítico.

**Diana Pozzi** - *Educação em uma sociedade implicaria em que todos teriam de buscar o “nível universitário/superior” e todas as profissões teriam de ter esse “status” e até pós-graduações?*

**SP** – Ampliar o acesso ao ensino superior a todos

**URGÊNCIA DE MELHORIA DE TODA A EDUCAÇÃO BÁSICA, MAS SOBRE-TUDO O ENSINO MÉDIO**

os cidadãos tem sido política defendida pela maior parte das nações, assim como também tem sido este o pleito de grande parte da população na maioria dos países, inclusive entre famílias das camadas de baixa renda. Parece haver quase um consenso, formado sobretudo desde os anos 90, de que o desenvolvimento das nações, igualmente ao desenvolvimento de uma pessoa, dependem em grande medida do conhecimento, instrumento mais importante para enfrentar as mudanças profundas e cada vez mais rápidas que ocorrem na civilização. Em alguma medida o Brasil caminhou nessa direção, pois saiu de 3 milhões de estudantes matriculados na graduação em 1991, para 6,7 milhões em 2011 e 8 milhões no último censo de 2015. Todavia, o número de desistência dos cursos é muito alto, visível quando é registrado em 2011, apenas um milhão de concluintes. De modo geral, somente 14% dos

adultos brasileiros entre 24 e 64 anos haviam concluído o ensino superior em 2015. Este resultado é mais baixo até mesmo em relação aos países da América Latina (Chile, 21%, Colômbia, 22% e México, 16%) e ficando abaixo da média dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que é de 35%. No caso das desistências, o alto índice pode ser explicado em alguma medida pelo fato de a maior parte da oferta de vagas (mais de 70%) ocorrer em instituições privadas, mas não explica tudo, merecendo estudos mais aprofundados. Independentemente do movimento de crescimento e da necessidade de ampliação dessa tendência de aumento de acesso a um curso de graduação e ainda da melhoria de sua qualidade, grande parte dos países oferta estudos de profissionalização no âmbito tecnológico, considerado um tipo de ensino superior e ainda em cursos técnicos de nível médio para atendimento da parcela da população que precisa trabalhar mais cedo ou não deseja avançar nas carreiras disponíveis. Isto é, se é desejável que, por um lado, aumentem-se os cursos de pós-graduação nesse mundo tão sedento de mais conhecimentos – e isso é fundamental para

o desenvolvimento de um país, por outro, há que se proverem cursos de iniciação a diferentes áreas de trabalho, o que pode ser ofertado em nível médio, sem prejuízo, naturalmente, da formação do cidadão, finalidade da educação básica. Nesses casos, podem ser referência às Escolas Técnicas Estaduais do estado de São Paulo, assim com os institutos tecnológicos existentes em todo o país. As ETECS, hoje com cerca de duzentos mil estudantes, oferecem ensino técnico e técnico integrado ao médio com muita qualidade.

**Michel Sitnik** – *Qual o nível de contribuição que as Universidades têm dado às discussões sobre as reformas? Elas têm sido efetivamente ouvidas e chamado a participar?*

**SP** – As Universidades, assim como as instituições do ensino superior de modo geral, têm uma relação umbilical com a educação básica dado tratarem de um bem fulcral para uma nação, a educação formal. Qualquer sistema ou mesmo unidade educacional concorre pela educação do indivíduo e da coletividade. Nesse sentido, as universidades, em especial as unidades que oferecem, em alguma proporção, cursos de formação de profissionais para a educação básica, ou participam deles, têm contribuído e podem contribuir mais nas reformas curriculares que ocorrem com alguma regularidade na educação básica. Além disso, também faz parte das atribuições da universidade acompanhar e avaliar, com pesquisas e estudos, as diferentes ações educacionais de diversos tipos oferecidos no país, tendo em vista contribuir com seu desenvolvimento. A proposta da BNCC que está na última etapa de discussão no âmbito do CNE, passou por inúmeras outras fases de debate com diferentes setores da sociedade. No que se refere às universidades, houve desde convite a professores especialistas em reuniões menores, passando por debates com inúmeras organizações educacionais que discutem a educação básica. Além disso, houve espaço para

pessoas individualmente ou organizações locais encaminharem sugestões de diversos tipos, inclusive por meios eletrônicos. No âmbito institucional mais amplo, o processo de discussão inclui Parlamento, MEC, CNE, para ser finalmente referendado pelo presidente da República. O que a experiência mostra é que em processos como esse poucas vezes ocorre unanimidade. Nesses casos, há sempre a possibilidade de os sistemas estaduais e municipais, que têm liberdade relativa de implementação, adequarem a seu conteúdo variadas questões que não sejam mandatórias. Por fim, das reformas nacionalmente definidas e das adequações locais o que se espera é que atendam aos reclamos mais consistentes para a melhoria da educação e nessa direção, uma condição é fundamental: que as mudanças curriculares sejam muito bem discutidas, compreendidas e aceitas pelos professores em cada escola e que haja materiais didáticos adequados à disposição dos mesmos.

**Waldenyr Caldas** – *Gostaria que você fizesse uma análise da implantação do novo currículo que o Estado brasileiro passará a colocar em prática, levando em consideração as grandes disparidades entre as cinco regiões brasileiras. Por exemplo, as diferenças abissais existentes entre as regiões sudeste e norte-nordeste, onde se incluem os Estados do Piauí, Maranhão e parte do Estado do Pará. Importante acrescentar: elas não são exceções. O mesmo currículo que os alunos terão em São Paulo, o Estado mais rico do país e, portanto, com uma infraestrutura em todos os setores da produção muito maior do que essa região do norte-nordeste, será também aplicado em regiões extremamente pobres do país. Como você vê essa questão?*

**SP** – O Brasil é, de fato, um país díspar e a existência de tais profundas diferenças já levou alguns a parafraseá-lo de Belíndia, uma parte Bélgica, outra Índia. Não é bem assim, mas elas existem em grande monta, seja em termos de PIB (Produto Interno Bruto) e PIB per capita, seja em relação aos

**OS ASSUNTOS E AS REFLEXÕES  
PROVOCADAS NO ÂMBITO DAS  
HUMANIDADES SÃO ESSENCIAIS PARA  
SE ALCANÇAR A PRÓPRIA FINALI-  
DADE DA ESCOLA BÁSICA**

resultados de avaliação escolares. Aliás, diferenças profundas existem dentro do mesmo estado e até da mesma cidade, como verificamos nas metrópoles. No âmbito econômico, há que se buscar, além da divisão estabelecida em lei, o máximo de equidade e não apenas igualdade na divisão dos gastos públicos em nível federal com a educação básica. Algumas políticas públicas caminham nessa direção. Mas, no âmbito curricular, que é o que está aqui em pauta, ainda que a língua nos una a todos, as diferenças físicas, e culturais são expressivas. Tal situação faz com que seja fundamental os gestores de cada região, estado e município considerarem esta diversidade na sua proposta curricular do sistema e, ainda mais especificamente, na esfera do projeto político pedagógico de cada escola. Até a atualidade e em boa medida, essas diferenças curriculares têm sido consideradas, pois ainda que a legislação, os livros didáticos e, mais recentemente, as avaliações nacionais tenham orientado os currículos locais, não havia até o momento a definição de uma base comum curricular da educação básica para o país. No caso do ensino médio, em grande medida são os exames vestibulares para o ensino superior e o ENEM que têm sido balizadores do currículo definido pelos sistemas estaduais. Postas essas considerações iniciais, minha posição é de defesa de uma base nacional curricular comum, como ocorre na maior parte dos países, mas que seja apenas isso: base e não o próprio currículo. Entre outras questões, uma base pode orientar melhor a elaboração de livros didáticos bem como, outros instrumentos e métodos pedagógicos mais adequados para o ensino de tópicos que são de fato básicos em cada área de conhecimento e que, lamentavelmente foram indicados como não dominados pelos estudantes nas avaliações nacionais. A ideia que emana da BNCC é que a base comporte mais ou menos 60% do currículo e que o restante seja definido pelos sistemas de ensino estaduais e municipais, respeitando a imensa variedade de situações escolares existente neste país tão diverso.

**DEFESA DE UMA BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM, COMO OCORRE NA MAIOR PARTE DOS PAÍSES, MAS QUE SEJA APENAS ISSO: BASE E NÃO O PRÓPRIO CURRÍCULO**

**Christiane Wagner** – *Você teria sugestões a fazer para a implantação do novo currículo do ensino médio em nosso país? Como você vê as sugestões que apareceram sobre essa questão?*

**SP** – Ciente de que boas propostas não têm sucesso quando não tiveram boa implementação, minha primeira sugestão é a de que se invista prioritária e enfaticamente na capacitação dos professores, não somente para que conheçam os fundamentos da proposta, mas para que tenham espaço para debater sem constrangimentos com seus pares e superiores as diferenças de entendimento e, principalmente, para que mantenham interlocutores regulares para discutirem as dificuldades encontradas no trabalho de implementação das novas práticas nas suas aulas. A segunda sugestão, complementar à primeira, é a de que em cada escola, haja explicações exaustivas com os alunos e seus pais, dado que a escolha de área de conhecimento pode representar um caminho para futuras decisões relacionadas ao trabalho e/ou escolha de curso de graduação. Ou seja, profissionais e usuários devem estar muito bem esclarecidos a respeito da proposta.

Uma terceira sugestão vai na direção da escola se organizar para flexibilizar a escolha dos alunos, dado que, se hoje vemos um número significativo de estudantes do ensino superior mudando de curso após sua admissão é factível que isso ocorra com maior frequência no ensino médio, onde os alunos são mais jovens. Por fim, tendo em vista que a nova Base Nacional Comum Curricular oportuniza mudanças nas estratégias de ensino ao oferecer um currículo supostamente mais atual e adequado para as novas gerações, a sugestão é que os sistemas e as escolas aproveitem este momento propício para reavaliar técnicas e materiais didáticos e fomentar a parceria entre governos e iniciativas de impacto social inovadoras, que podem ajudar neste processo intencional de melhoria da escola e dos sistemas de ensino.

**Waldenyr Caldas** – *Como você vê, por exemplo, professores que fizeram um curso superior em determinada área do conhecimento, nela se especializaram e, em consequência de receber ordens dos seus superiores, passam a dar outra disciplina para a qual não se prepararam, não têm a habilidade intelectual que se espera de um professor especializado, apenas para "colaborar" com sua Escola. Não lhe parece uma deformação e disfunção de um aprendizado que deveria ter o melhor nível de qualidade possível? Vamos torcer para que o Estado elimine.*

**SP** – É verdadeiramente lastimável tal proposta e mais lamentável o fato de esta situação já existir na realidade de muitas escolas, sobretudo naquelas que se localizam em zona rural ou nas periferias dos grandes centros, de onde os professores ao chegar, procuram rapidamente se remover. Por sua vez, esta alta rotatividade de docentes tem provocado problema assaz prejudicial à aprendizagem dos alunos, conforme dados de pesquisas. Das cinco áreas previstas na nova organização do ensino médio, a que mais provavelmente sofrerá com esta medida será a de Formação Técnica Profissional, posto que os profissionais de áreas técnicas geralmente não têm curso de licenciatura. Uma possível ação que pode minorar o problema será o professor se matricular em cursos de adaptação para uma segunda licenciatura, já existentes em instituições de ensino superior e regulados por lei. Esta medida pode resolver o problema tanto dos professores da área técnica como também os das outras disciplinas escolares, mas somente a médio prazo. A falta de professores em diversas disciplinas escolares, como Física, Geografia e outras, há muito conhecida no país, é que leva o diretor da “ponta do sistema de ensino” pedir para um professor especialista em outra disciplina assumir aulas para as quais não foi formado. Por sua vez, tal situação revela a extensão do problema da educação brasileira de desvalorização da profissão docente, que

**AS HUMANIDADES CERTAMENTE TÊM UM LUGAR ESPECIAL NA DISCUSSÃO DA INFLUÊNCIA ENTRE TAIS ESPETACULARES AVANÇOS TECNOLÓGICOS E A VIDA COTIDIANA E DO TRABALHO DOS JOVENS QUE ESTÃO HOJE FREQUENTANDO A EDUCAÇÃO BÁSICA.**

desestimula jovens na atualidade a buscar a licenciatura como formação. O problema, portanto, não se apresenta como questão individual de um professor ou de um diretor, mas, entendo, como questão pública que, como tal, deve ser objeto de uma política pública estabelecida.

**Michel Sitnik** – *Para além da educação formal, ou escolar, qual o papel concreto e efetivo dos projetos de extensão universitária na formação dos pré-universitários?*

**SP** – As universidades, segundo vários autores, sempre tiveram como objetivo cultivar a mais lúcida consciência de uma dada época e, assim, pensar e ajudar a construir o futuro seja da humanidade, da civilização ou de um país. A importância do ensino superior para o desenvolvimento do país e dos jovens brasileiros, aqui comentados, pressupõe identificar problemas e apontar formas de encaminhar soluções. Entre as três funções básicas da universidade, é a extensão que geralmente encaminha projetos exemplares que podem indicar soluções para problemas detectados na sociedade. No tocante aos pré-universitários, ou seja, todos os alunos do 3o ano médio, há muito sabemos que uma parcela muito pequena deles consegue entrar em um curso de graduação, mesmo com o aumento de vagas nas instituições existentes. No interior desse problema há um que destaque, o fato de alunos do ensino médio, em sua grande parte frequentando o sistema público de ensino, por falta de informação a respeito dos exames vestibulares das universidades públicas ou por acreditar que não têm condições de passar nem se matriculam para fazê-los, conforme pesquisas sobre a questão. Além das cotas e ações afirmativas diversas, muitas universidades públicas já realizaram projetos interessantes para reverter este estado de coisa, mas pouco abrangente e com curta duração. O problema persiste e certamente há muito espaço para outros e melhores projetos, mas, sobretudo, há que

se conseguirem parceiros na sociedade – Secretarias da Educação, ONGs ou outras organizações de cunho nacional ou internacional, por se tratar de uma ação não formal. Por fim, e retomando a questão a respeito da contribuição das Universidades à discussão sobre reformas na educação básica, entendendo como de grande valor a criação de um amplo programa de pesquisa em políticas públicas para a educação, formada com professores de diferentes áreas de conhecimento, buscando descrever, analisar e avaliar a situação educacional no país, relacionando o presente à sua história, mas também a um porvir desejável e viável. Da discussão dos resultados entendendo a possibilidade de formulação de políticas públicas de valorização da educação básica em todos os seus aspectos, dos profissionais às instituições e aos cuidados com o currículo. Nesse aspecto curricular há que se considerar as mudanças imprevisíveis e mesmo atemorizantes que se avizinham, provenientes, sobretudo, das revoluções de cunho tecnológico. As humanidades certamente têm um lugar especial na discussão da influência entre tais espetaculares avanços tecnológicos e a vida cotidiana e do trabalho dos jovens que estão hoje frequentando a educação básica. Com esse cenário em mente, é possível, finalmente, afirmar que os resultados dos estudos que um programa da natureza proposta prenuncia provavelmente reclamará dos professores universitários maior protagonismo, hoje ainda pouco expressivo, especialmente na área educacional. É possível descortinar de um trabalho dessa natureza o nascimento do que se costuma chamar *think tank*, podendo ser ampliado com parceiros de outros setores da sociedade.

**SÔNIA TERESINHA DE SOUSA PENIN** *professora Titular do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Teorias da Instrução, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores; métodos e técnicas de ensino, a teoria geral de planejamento e desenvolvimento curricular; avaliação de sistemas, instituições, planos e programas educacionais e ensino*

*superior. Editora associada da Revista Cultura e Extensão USP - e-mail: sapenin@usp.br*

**DIANA HELENA DE BENEDETTO POZZI** *professora associada da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP) e editora responsável da Revista de Cultura e Extensão USP – e-mail: revistacultext@usp.br*

**WALDENYR CALDAS** *professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e editor associado da Revista de Cultura e Extensão USP*

**PRIMAVERA BORELLI** *professora titular da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (FCF-USP) e editora associada da Revista de Cultura e Extensão USP*

**CHRISTIANE WAGNER** *professora de Ciências da Comunicação e Estética do Instituto de Artes da Universidade de Campinas, (IA-UNICAMP) e editora associada da Revista de Cultura e Extensão USP*